



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2008/09/29

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro, do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e quarenta e cinco minutos, foi declarada aberta a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José dos Santos Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues;

2.º SECRETÁRIO: Paula Gracinda Mandim Alves.

Apresentou justificação de falta o membro, Senhor Eduardo Vicente Roxo.

Faltou sem apresentar justificação de falta na sessão de trinta de Junho de dois mil e oito, os membros Senhores José Augusto Gonçalves Nunes e Rui Frederico Garcia Lourenço.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 - Ordem do Dia.
 - 2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;
 - 2.2 - Leitura resumida do expediente;
 - 2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;
 - 2.4 - Período de intervenções;

- 2.5 - Imposto Municipal Sobre Imóveis 2009 - Proposta;
 - 2.6 - Associação NUTSIII – Adesão à futura Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes;
 - 2.7 - Relatório Referente à Actividade Financeira do Município - 1.º Semestre de 2008 – Tomar conhecimento;
 - 2.8 – Cacovin – Agroindustria, Lda – Aumento do Capital Social;
 - 2.9 - 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento.
- 3 - Período reservado ao Público.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, solicitou a presença de um membro, para completar a constituição da Mesa, em virtude de o Primeiro Secretário Senhor Eduardo Roxo, se encontrar ausente. Sugeriu a membro Senhora Paula Mandim Alves, que aceitou de imediato, e que recebeu o acordo de todos os membros presentes.

Informou que o Senhor Presidente da Câmara iria estar ausente desta sessão da Assembleia Municipal, por motivos de serviço, sendo representado pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. Roberto Carlos de Moraes Afonso.

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores membros se alguém pretendia fazer uso da palavra.

Inscreveram-se os membros os Senhores:

- Carlos Abel,
- Carlos Costa,
- Presidente da Junta de Freguesia de Candedo.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, anunciando que a questão que iria levantar no Período Antes da Ordem do Dia, se iria prender com a questão da Empresa ENERCASTRO.

Passou a referir que na reunião de Câmara de onze de Julho deste ano, foi proposto e aprovado a participação da sociedade Empresa Municipal ProRuris, numa empresa na área das energias renováveis, que dá pelo nome de ENERCASTRO. A deliberação foi aprovada por unanimidade, tendo o PSD acompanhado esta deliberação, no sentido de a

Câmara estar a cumprir uma promessa que havia feito, de após alienação da participação das barragens, investir num outro projecto, na área das energias. Tudo isto faria muito sentido para a sua bancada, e mereceria a sua aprovação, se não tivessem percebido, que aquilo em que essa empresa depois se consubstanciou, não era aquilo que à partida pensaram. Referiu que esta nova sociedade é participada em sessenta por cento, pela empresa municipal ProRuris, e em dez por cento por quatro Juntas de Freguesia, que são elas a Freguesia de Ousilhão, Travanca, Tuizelo e Montouto, cada uma, com dois e meio por cento, e trinta por cento para privados.

Adiantou que as questões que se colocam durante a análise da escritura, constituição e contrato de sociedade são de três ordens:

Referiu ter analisado os estatutos e nessa análise concluiu que o Senhor Presidente da Câmara é Presidente da Câmara Municipal, Presidente da Empresa Municipal ProRuris, numa deliberação por ele votada, e é também nomeado por este contrato de sociedade, como gestor/administrador da ENERCASTRO.

No entendimento do seu Grupo Parlamentar, consubstanciam-se aqui graves problemas de ilegalidade.

Dito isto, questionou qual a opinião do Senhor Vice-Presidente, sobre esta questão.

Mencionou um outro problema do qual solicitou esclarecimento relacionado com a questão dos baldios. Passou a informar que, as Juntas de Freguesia no caso de não existirem comissões de baldios, administram na área territorial da Freguesia, os baldios. Mas para isso, têm que estar mandatadas para o efeito, pela reunião ordinária das Assembleias de Freguesia.

Questionou o Senhor Vice-Presidente, se se realizou esta deliberação e se ao ser deliberado, foi feito com o conhecimento dos estatutos, ou seja, se os estatutos foram distribuídos à generalidade dos membros da Assembleia de Freguesia.

Para terminar colocou uma terceira questão ao Senhor Vice-Presidente, ainda relacionada com o contrato de sociedade. Referiu que a ProRuris detém sessenta por cento, as Juntas de Freguesia dez por cento, os trinta por cento serão para particulares que manifestem vontade de investir. Informou que os sócios desta empresa, são família, e amigos, porque aparecem nomes como Dr. Horácio Domingos Afonso, Raul Fernandes Gomes, Manuel da Assunção, uma Consultora Associada Lda, ETE – Empresa Telecomunicações Electricidade, Barreira & Santos e inclusivamente uma empresa, com a qual, a Câmara se tem debatido, em reuniões de Câmara, com problemas enormes de legalização de um imóvel, referiu-se à Firma Apolónia –

Sociedade de Construções e ainda a ENERGLOBO – Energias Limpas. A par de tudo isto, referiu que existe também uma outra quota de uma empresa, da qual, o Senhor Presidente da Assembleia é sócio.

Não pretende por em causa a idoneidade destas pessoas nem destas sociedades, apenas questiona o porquê, de ter sido aprovado numa sexta-feira, e a escritura ou contrato de sociedade ter sido feito numa terça-feira. Considerou que esta situação mostra que os contactos foram feitos num fim-de-semana. Em seu entender não existiu tempo para serem afixados editais, e para a manifestação de vontade das pessoas ser feita de forma livre, por cada um dos presentes.

Questionou quem fez os convites, e se foram feitos por telefone, por e-mail ou se foram feitos à mesa de um jantar, porque mais parece que, existiu aqui uma certa falta de transparência.

Terminou solicitando que as questões que acabou de colocar, fossem respondidas de forma clara, concisa e precisa.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Costa, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, passando de seguida a referir que trazia algumas questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, manifestou o seu desânimo, por este não estar presente, e desta forma questionou o Senhor Vice-Presidente, porque considerou que este, também tem aqui muita responsabilidade.

Passou a referir que tanto o Senhor Vice-Presidente como o Senhor Presidente da Câmara tomaram conhecimento do despacho de arquivamento dum série de queixas que apresentaram contra si, queixas essas por difamação. Referiu que sempre soube que o Ministério Público as iria arquivar, porque não faria sentido nenhum, que o acusassem de defender os interesses daqueles que, muitas vezes não tem voz, e que expressaram o voto no seu partido.

Referiu que o facto de o Senhor Presidente da Câmara ter apresentado queixa, não o intimidou, nem condicionou o seu trabalho político. Considerou que estas queixas, contra a sua pessoa, representam para o executivo camarário, e para o Senhor Presidente da Câmara duas derrotas, a primeira justificada por tudo aquilo que acabou de dizer, e a segunda pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara ser um Jurista e como Jurista, deveria saber que, o resultado final de tudo isto, iria ser o arquivamento.

Não pretende com isto, dar qualquer lição de boa prática democrática ao Senhor Presidente da Câmara, mas concerteza que o arquivamento destas queixas por parte do

Ministério Público demonstram que o Senhor Presidente da Câmara, não está aqui a ser um bom democrata, ao não aceitar críticas da parte da oposição.

Adiantou que, nunca em circunstancia alguma, a sua bancada, usará qualquer crítica para atacar pessoalmente, na sua honra o Senhor Presidente da Câmara, a sua família, ou os seus negócios.

Para a bancada do PSD o que está em causa, é tudo aquilo que tenha a ver com política, e com os cargos que o Senhor Presidente desempenha na Câmara.

Adiantou que cerca de seis meses atrás, numa sessão da Assembleia, um colega seu de bancada, colocou ao Senhor Presidente da Câmara uma pergunta, sobre quais os verdadeiros cargos que, a Senhora Engenheira Carla Pereira ocupava na Câmara Municipal e no concelho de Vinhais.

Referiu que na altura o Senhor Presidente da Câmara não gostou da pergunta, porque entendeu que a pergunta era pessoal. Sobre esta questão referiu que, não é normal que a esposa do Senhor Presidente, exerça cargos na Câmara e seja nomeada para tantos cargos.

Nessa altura colocou a esta mesma questão, questão essa, que não chegou a ser esclarecida, por essa razão, solicita de novo que seja esclarecida a questão.

Adiantou que, a Senhora Engenheira Carla Pereira, como toda a gente sabe, desempenha funções através de um protocolo celebrado entre a Câmara e a ANCSUB, tendo sido nomeada pelo Senhor Presidente da Câmara para administradora da Empresa Turimontesinho, sendo também administradora/directora do Parque Biológico de Vinhais.

Mais uma vez referiu que, a pergunta que gostava de ver respondida, é se verdadeiramente existe mais alguma função, que a Senhora Engenheira Carla Pereira exerça, que não se saiba ainda, para além daquelas que acabou de enumerar.

Continuou referindo que é público que a Senhora Engenheira Carla Pereira desempenha funções na ANCSUB, e tem por obrigação do cargo que desempenha na Câmara Municipal, como Engenheira Zootécnica, um horário para cumprir, no mínimo de trinta e cinco horas semanais, sendo público também que, a Senhora Engenheira dá dezenas de horas de formação na ANCSUB. Dito isto, questionou o Senhor Vice-Presidente de que forma é que a Senhora Engenheira Carla Pereira dá essas horas, se já tem o horário preenchido, e se essas horas são remuneradas.

No caso de o Senhor Vice-Presidente não conseguir responder, referiu que a pergunta é feita também para o Senhor Presidente da Direcção da ANCSUB, se este souber esclarecer.

Antes de terminar, questionou ainda se, mais alguma das funções que desempenha a Senhora Engenheira Carla Pereira é ou não remunerada. No caso de ser, questionou onde está o documento da Câmara Municipal para autorizar o desempenho de qualquer outro serviço, para além das funções que ocupa na Câmara Municipal de Vinhais.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, citando de seguida oito questões que gostaria de ver esclarecidas.

A primeira questão foi direccionada ao Senhor Vereador Salvador Marques, questionando-o sobre o porquê de não haver mais comunicação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, no seu caso particular, com a Junta de Freguesia de Candedo, aquando das intervenções nas aldeias.

A segunda questão colocada foi se existe algum projecto para as escolas desactivadas.

A terceira questão esteve relacionada com o porquê do mau funcionamento das ETAR's, especialmente as da sua Freguesia.

A quarta questão prendeu-se com a questão da ponte de Guedin, nomeadamente se a Câmara pretende fazer alguma intervenção, em caso afirmativo, o porquê de ainda não a ter feito.

Na quinta questão denunciou que em Edral existe o Santiago de Ribas, em sua opinião é uma pena que a Câmara e a Junta de Freguesia não tenha feito nada pela bancada do santuário.

Na sexta questão, questionou quantas pessoas estiveram no festival Vinhais Fest, e quanto foi gasto nas festas de Vinhais.

Na questão sétima, questionou o porquê do reforço de capital da CACOVIN, sendo esta uma empresa que dava tanto lucro, não percebe o porquê de se pedir um reforço.

Por último comunicou que tendo em conta as más notícias, seria pertinente que a Câmara Municipal, organizasse uma campanha de colocação e utilização dos arcos de protecção nos tractores agrícolas. No caso de a Câmara Municipal não conseguir, sugeriu que deverá ser criada uma organização para esse fim, porque só na Freguesia de Candedo já faleceram quatro pessoas, vítimas de acidentes em tractores agrícolas.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos relativos às questões que lhe foram colocadas.

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, passando de seguida a prestar esclarecimentos às questões colocadas pelo membro Senhor Carlos Abel.

Referiu que em relação à ENERCASTRO a constituição desta empresa e a participação do executivo, de particulares, e de quatro Juntas de Freguesia foi aprovado por unanimidade, na Câmara Municipal. Quanto aos procedimentos que se seguiram a partir desse momento, referiu não dispor de elementos exactos, mas adiantou que, foram dados nessa mesma reunião, poderes ao Senhor Presidente da Câmara para gerir todo o processo.

Quanto aos nomes que o membro Senhor Carlos Abel referiu, adiantou que toda a gente nomeada é gente séria, mas esqueceu-se o membro Senhor Carlos Abel de referir que também existem alguns particulares que não têm ligação ao Senhor Presidente da Câmara, como por exemplo o irmão do Senhor Vereador Gonçalves o Senhor Engenheiro Marcelino Gonçalves.

Quanto à questão dos baldios, referiu desconhecer, mas manifestou confiança em como teriam sido distribuídos os estatutos, no caso de não terem sido distribuídos, acredita que serão distribuídos oportunamente. Adiantou que em Assembleia de Freguesia, foi debatida a participação dessas Juntas, com os respectivos benefícios que daí advirão, para essas Juntas de Freguesia.

Quanto à questão de quem fez os convites, referiu não ter no momento, elementos para responder.

Ao membro Senhor Carlos Costa, referiu ter conhecimento do arquivamento dos processos, e quanto à questão da Senhora Engenheira Carla Pereira, referiu que há uns tempos atrás, a mesma pergunta, foi feita por um outro membro da Assembleia Municipal, e nessa mesma altura foi dito que iria ser respondido por escrito. Adiantou que, já deveria ter sido dada a resposta, no caso de ainda não ter sido, seria fornecida para breve. Acrescentou que nenhum dos cargos que a Senhora Engenheira Carla Pereira ocupa fora da Câmara Municipal de Vinhais é remunerado.

Adiantou ainda que, foi como Presidente da Turimontesinho, porque tem legitimidade para o fazer, que nomeou a Senhora Engenheira Carla Pereira para directora do Parque Biológico, porque sabe que se trata de uma pessoa competente, e com todas as condições para exercer esse lugar, com profissionalismo, não tendo sido o Senhor Presidente da Câmara que a nomeou, como foi dito pelo membro Senhor Carlos Costa.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, passou a palavra ao Senhor Vereador Salvador Marques por serem questões mais relacionadas com obras, respondendo apenas que em relação ao Vinhais Fest, não contou quantas pessoas estiveram presentes no festival, sabe dizer apenas que assistiram muitas, cerca de largas centenas, sendo isso aquilo que interessava.

Quanto às festas da vila, referiu que em relação aos últimos anos, cerca de três anos, o orçamento desceu para menos de metade, daquilo que era habitual gastar-se com as festas da vila. Considerou que foram umas festas que decorreram durante o mês de Julho e Agosto com uma animação permanente durante vários dias, e dirigidos a vários públicos, desde a parte musical à desportiva e recreativa.

Tomou a palavra o Senhor Vereador Salvador Marques para prestar esclarecimentos ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, iniciou por cumprimentar todos os presentes e passou a esclarecer que em sua opinião não existe falta de comunicação entre a Junta de Freguesia e a Câmara, porque é a única queixa deste teor que, ouviu até hoje.

Relativamente às ETAR`S referiu ter existido alguns problemas mecânicos que têm a ver com a ordem técnica, nada têm a ver com a questão política. No caso de o Senhor Presidente da Junta de Candedo pretender ser melhor elucidado, será posteriormente solicitada uma explicação ao Engenheiro responsável por estes serviços.

Em relação à ponte de Guedin referiu que esta ponte estava esquecida, até ao dia que deu ordens para abrir os caminhos, porque apenas tinha acesso de um dos lados, acesso esse, que foi feito no tempo do anterior executivo. Adiantou sobre esta questão, que neste momento está em perfeitas condições de ser transitada, porque não oferece perigo de derrocada, não tendo qualquer problema nas infraestruturas. Apenas necessita de uma reparação nas platibandas de defesa das infiltrações das águas, reparação essa, que não é fácil de fazer, porque a referida ponte tem vinte e tal metros de altura. Concluiu

sobre esta questão que existem obras que são muito mais urgentes que esta que foi mencionada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo.

Relativamente à questão colocada sobre o São Tiago de Ribas, referiu que essa questão compete à Freguesia e à Santa Sé, porque é património da Igreja. A Câmara vai fazendo aquilo que lhe vai sendo solicitado, como por exemplo balneários, entradas e saídas e ainda a colocação de água no recinto. Quanto às bancadas, ainda não foi pedido à Câmara a sua intervenção, por essa razão, a Câmara não é dona de fazer tal obra. A Comissão quando achar conveniente pedir ajuda à Câmara, não terá qualquer problema, porque esta sempre apoiou todas as obras do concelho.

Inscreveram-se novamente para intervir os membros Senhores:

- Presidente da Junta de Freguesia de Candedo
- Carlos Abel
- Carlos Costa
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa
- Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde
- Presidente da Junta de Freguesia de Edral
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais
- João Amaro Fernandes

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo que questionou o Senhor Vereador Salvador Marques, sobre qual foi a comunicação que tiveram, com a Junta de Freguesia de Candedo, para a colocação de uma lomba de redução de velocidade na aldeia da Aboá. Referiu que a aldeia da Aboá já possuía duas lombas, de redução de velocidade, sendo que agora passou a ter três. Continuou referindo que a Junta de Freguesia também não foi ouvida na abertura de um furo, e de um reservatório na aldeia da Aboá.

Referiu que não lhe foi respondida a questão das escolas.

Continuou questionando o Senhor Salvador, que sendo a Câmara uma instituição laica, o porquê de fazer tantas obras, em tantas igrejas.

Referiu que ninguém tem culpa que a Junta de Freguesia de Edral ou aqueles que estão à frente da Comissão não se interessem, por essa razão, a Câmara não pode deixar de se interessar. Porque quando a bancada estiver demolida, já não valerá a pena intervir naquele lugar.

Continuou referindo que em sua opinião a Câmara deveria fazer mais, organizando um dossier, e tentar que aquele património fosse património nacional.

Referiu que não foi respondida a questão da CACOVIN, e a questão da Câmara promover uma campanha de colocação dos arcos protectores nos tractores agrícolas.

Quanto à questão das festas de Vinhais, referiu que a Câmara não deveria gastar verba nenhuma, porque na sua aldeia quem faz as festas é o povo. Terminou questionando o número de festas nas aldeias, que esses eventos prejudicaram.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel, referindo que pretendia apenas deixar uma sugestão à Mesa da Assembleia, uma vez que tinha sido visado o Senhor Presidente da Associação, talvez com os esclarecimentos que este pudesse vir a prestar, iria condicionar a sua intervenção.

Uma vez que tinha solicitado a palavra, optou por fazer a intervenção, referindo que as respostas que foram prestadas, foram tudo menos aquilo que pediu, ou seja, tinha passado ao lado dos assuntos que lhe foram colocados, como vem sendo hábito neste Partido Socialista.

Referiu que quando levantou estes problemas, sabia do que estava a falar, porque não foi colocado nenhum problema, naquilo que disse sobre essa questão, porque aquilo que mencionou anteriormente não é mentira. Não sendo mentira, ao levantar este problema, sabia aquilo que a Lei indica, e o que a Lei diz, é que ninguém pode propor o seu nome, deliberar e votar ao mesmo tempo.

Sugeriu que aquilo que deveria ter sido feito era ausentar-se da sala, porque ninguém pode ser juiz em causa própria. Informou que a deliberação da Câmara diz que foi deliberado por unanimidade e em minuta ratificar esse protocolo, mas não viu onde foi cedido esse poder ao Senhor Presidente da Câmara. Adiantou que aquilo que se tem verificado, e muito bem, até pelos estatutos da própria Empresa Municipal ProRuris, é dar conta daquilo que está a ser feito, em relação à participação nesta empresa.

Quanto às questões que colocou relativamente às Juntas de Freguesia, referiu que não foram respondidas, assim como a questão da ilegalidade que é, alguém nomear-se, ser eleito, e propor o seu próprio nome.

Adiantou que a questão ainda vai mais longe, porque nesta proposta, foi feito logo um consórcio, com uma empresa que não conhece, acreditando que o Senhor Presidente em exercício também não conhecerá, que é a FINERTEC. Supostamente terá um grande potencial, apesar disso não a conhece, mesmo depois de ter pesquisado na Internet

aquilo que esta empresa tinha, considerou a hipótese de ter consultado mal, mas aquilo que verificou foi que não tem potencial eólico, nem nada instalado.

Continuou referindo que aquilo que foi feito, foi constituir a empresa, onde a Câmara é maioritária, em sua opinião muito bem, porque interessa a todos que a Câmara continue a ser maioritária, mas quando é feito este consórcio, que é uma nova empresa, a Câmara só terá cinquenta por cento, isto quer dizer que os sessenta por cento maioritários da Empresa Municipal ProRuris e mais os dez por cento das Junta de Freguesia, ditaram nesta empresa trinta e cinco por cento. Os capitais privados passam a ter maioria com este consórcio e a Câmara não tem capacidade de conseguir decidir aquilo que for, relativamente ao investimento que está aqui a ser feito. Investimento esse, que é feito no concelho, com o objectivo de desenvolver esta terra, pelo interesse da população desta terra.

Adiantou que por esta razão, nesta fase se fossem votar novamente esta empresa, e se estes estatutos tivessem sido apresentados aquilo que fariam era chumbá-los. Porque em sua opinião, aquilo que está a ser feito, de forma alguma, tem qualquer defesa dos interesses da população, e de todos os membros presentes que a representam em Assembleia.

Continuou dando conta de uma segunda observação, passando a citar que mediante uma questão de normalidade, esta empresa terá quatro milhões e quinhentos mil contos, na moeda antiga, de rendimento, sendo que a Câmara ficará com dois e meio por cento, quando começar a laborar.

Adiantou que houve um Senhor Presidente da Junta que não consignou esta proposta, referiu-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro Novo. Referiu-se ainda a uma outra Junta de Freguesia que tem um potencial eólico, que participou em outros termos, ou seja, em termos que foram feitos e foram propostos à Câmara Municipal de Bragança, em sua opinião bem diferentes destes.

Passou a explicar que, na Câmara de Bragança, aquilo que foi feito foi que, até à colocação dos geo-geradores que estão esgotados no mercado internacional, vai ser pago à Junta de Freguesia três mil euros pelo aluguer dos terrenos. Adiantou ainda que, em função dos geradores montados e da capacidade eólica instalada na área territorial da Freguesia, vai ser dado cinco mil euros, partindo do pressuposto que, existem duas mil, trezentas e cinquenta horas de funcionamento anuais. No caso de serem mais, será passível de renegociação, justificou estas afirmações com a presença do Senhor

Presidente da Junta de Freguesia da Mofreita, alegando que, o acordo que este Presidente de Junta negociou, ser muito parecido com o que acabou de referir.

Continuou referindo que, tudo isto que acabou de referir, em sua opinião é lesivo para os interesses da Câmara. Adiantou que a Câmara negociou dois e meio por cento, que é o mínimo que a Lei impõe. Um negócio muito menos vantajoso que o negócio que foi feito pelas comissões de compartes, pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara de Bragança, na área territorial do Parque Natural de Montesinho, em Bragança. Dito isto, alertou o Senhor Vice-Presidente para não fugir aquilo que acabou de ser perguntado. Continuou afirmando que o PSD tem claras e fundadas dúvidas acerca da forma como este processo foi conduzido e foi levado a efeito. Em sua opinião, ao permitir que seja alienado cinquenta por cento da ENERCASTRO, está-se a prejudicar os interesses do Estado, e da Câmara de Vinhais em particular, para além de se estar a fazer um mau negócio relativamente à cedência dos terrenos.

Terminou referindo que, no interesse da população do concelho de Vinhais, o Partido Social Democrático irá remeter todo este processo para as entidades competentes, que legitimamente poderão decidir sobre estes actos, porque poderão aqui consubstanciar situações de crime, como por exemplo o peculato e a gestão danosa.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Costa, que iniciou por referir que, quando o Senhor Vice-Presidente mencionou que nomeou a Senhora Engenheira Carla Pereira de forma legal, também o Senhor Vice-Presidente se encontra mal indigitado numa das empresas Municipais, porque assistiu à reunião e votou na sua própria nomeação. Referiu ter documentos em sua posse, que comprovam tudo o que acabou de dizer, passando-se o mesmo com a situação do Senhor Presidente da Câmara, porque numa semana propõe e vota a nomeação do Senhor Engenheiro para Presidente da Empresa e o Senhor Presidente para administrador, e na semana a seguir propõe e vota em si próprio a sua nomeação para Presidente da Empresa e a nomeação do Senhor Engenheiro para administrador, alegando que se teria enganado na semana anterior.

Informou que aqui também está a proposta, e a votação de todo o plano de orçamento, das duas empresas municipais, do qual a Senhora Engenheira Carla Pereira, uma delas administra, assim como uma série de actos que o Senhor Presidente da Câmara praticou, fazendo o mesmo o Senhor Vice-Presidente, ou seja, o Senhor Presidente da Câmara votou a transferência de verbas que a sua própria esposa administra. Referiu ainda que, se juntar a certidão de casamento do Senhor Presidente da Câmara com a Senhora

Engenheira Carla Pereira, as duas coisas não casam, mas irá juntá-las e remete-las às entidades competentes, para que possa ser apurada toda a legalidade destes actos.

Continuou referindo que o Senhor Vice-Presidente não respondeu a nenhuma questão colocada anteriormente. Referiu ter conhecimento que a Senhor Engenheira Carla Pereira dá centenas de horas de formação na ANCSUB em horário laboral, questionou novamente como é que é possível isto acontecer. Desafiou o Senhor Vice-Presidente a tornar público quanto é que a Senhora Engenheira Carla Pereira recebe por ano, no seu vencimento, de formação profissional, em horário laboral.

Se não for esclarecido sobre estas questões, anunciou que iria fazer um requerimento ao Senhor Presidente da ANCSUB, para que este o esclareça, e no caso de não obter resposta, então irá ao tribunal pedir autorização para consultar a declaração de IRS.

Continuou referindo que aquilo que se passa com esta situação é que são interesses e jogadas de uns envolvidos noutros. Por essa razão, considerou que basta destas situações, e se estes membros do PSD deixaram chegar as coisas a este ponto foi porque quiseram, mas sempre atentos, sendo que a partir de agora não irão mais tolerar estas situações. Considerou que isto, politicamente serve para controlar os empregos, e os interesses, porque a Senhora Engenheira Carla Pereira usa a comunicação social para se promover, alegando que está em defesa dos agricultores e ao mesmo tempo em horário laboral, factura tanto dinheiro. Questionou como é que isto é possível, ao mesmo tempo que questionou os sócios que fazem parte da associação, se tinham conhecimento desta situação. Terminou referindo que em Vinhais, existem muitos Engenheiros que recebem menos do seu trabalho do que aquilo que recebe a Senhora Engenheira Carla Pereira de formação, nas empresas em horário laboral.

Tomou a palavra o membro Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referiu que queria apenas dizer duas coisas de utilidade para o concelho, sendo que não irá responder a nada, porque não viu nada que o entusiasmasse para responder.

Passou então a referir que, caso as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, não rectifiquem o fornecimento da água, água essa com a qual não se pode tomar banho, deve a Câmara Municipal cortar o pagamento da às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Considerou ser a pior vergonha do concelho, e já ter alertado o Senhor Presidente, tendo obtido como resposta, um abraço e um elogio, com um vocabulário muito grande, mas como Presidente da Junta aprendeu com o povo e por isso não se vai deixar levar.

Chamou a atenção da Senhora jornalista para tomar nota desta situação. Porque o concelho de Vinhais, na parte sul, estão a pagar água que é imprópria para tomar banho. Ao Senhor Carlos Costa referiu que quanto aos tribunais estão falados, porque nunca foi ouvido.

Quanto à questão da Senhora Engenheira Carla Pereira, referiu que foi escolhida pelo antigo Senhor Presidente de Câmara, e sempre com cargos de grande distinção, porque tem valor.

Continuou referindo que não acredita que os sócios que fazem parte desta empresa, deixem o Senhor Presidente da Câmara mandar neles, porque em sua opinião esta gente tem muita tarimba no negócio. Se o Senhor Presidente se nomeou, os sócios estão lá para o rescindir, não são os membros da Assembleia que têm que o fazer, o mesmo se passa com o administrador, se este não serve, terão que meter outro.

Quanto aos baldios e às actas, referiu que todos os Presidentes de Junta que foram nomeados, todos têm Presidente da Assembleia, sendo a este Presidente, que compete em todas as assembleias, ver se está bem ou mal a acta.

Quanto às mini-hídricas, referiu que na altura foi feito pela equipa que estava, pensando sempre no bom negócio, mas acabou por ser mau negócio, para Vale das Fontes e Ervedosa. Considerou que as pessoas que o fizeram, fizeram-no com boa intenção.

Tomou a palavra o membro Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, passando de seguida a referir que, o membro Senhor Carlos Costa irá passar mais tempo nos tribunais do que a trabalhar.

Quanto à Senhora Engenheira Carla Pereira, referiu que era paga, da mesma forma que era o Senhor Doutor Ovídeo, pelos serviços prestados à associação.

Referiu ainda que quando o membro Senhor Carlos Costa, quiser saber alguma coisa, deve dirigir-se a uma assembleia-geral da associação, onde poderá encontrar os estatutos e o plano de actividades que está a ser elaborado para o ano que vem, assim como para ser esclarecido para onde vai o dinheiro da associação.

Considerou que é com muito gosto que tem trabalhado com a Senhora Engenheira Carla Pereira.

Quanto à associação referiu que esta tem trazido centenas de contos, na moeda antiga, para o concelho, por essa razão, muita gente está contente com o trabalho da associação. Voltou a frisar que a Senhora Engenheira Carla Pereira assinou o mesmo protocolo que tinha sido assinado pelo Senhor Doutor Ovídeo, sendo paga mediante as horas que faz na associação.

Considerou que quem trabalha deve ser recompensado, e aquilo que foi dito sobre esta questão, é normal no seu ponto de vista, porque a oposição tem que dizer alguma coisa, uma vez que as eleições se estão a aproximar.

Alertou os Senhores membros do PSD para terem mais cuidado com aquilo que vêm dizendo, no sentido de pararem de atacar as pessoas e envolver os tribunais. Ainda em relação à acta, referiu que deu conhecimento à sua assembleia de Freguesia, tendo sido votada e aprovada.

Tomou a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Edral, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, para esclarecer algumas questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, no que respeita à ponte de Guedin.

Referiu que partilha da preocupação do seu colega, acreditando que a Câmara logo que lhe seja possível tomará medidas. Considerou que se trata de um caso com pouca urgência, mas não deixa de ser um assunto a pensar.

Quanto ao Santuário de São Tiago de Ribas, referiu que o Santuário tem uma comissão de festas, e que o Senhor Presidente da Junta de Candedo conhece bem os seus comissários, razão pela qual sabe que, estes têm vindo a trabalhar. Da mesma forma a Junta de Freguesia de Edral tem trabalhado para oferecer melhores condições àqueles que visitam o Santuário, como por exemplo a abertura de um caminho alternativo, casas de banho, e treze pontos de água no recinto da festa. Todas estas obras foram da Junta de Freguesia de Edral, aprovadas em Assembleia de Freguesia. Sendo que na parte da comissão de festas trabalha-se mais de acordo com as esmolas que são oferecidas. Considerou que aqui, o Senhor Presidente da Junta de Candedo poderia contribuir dando a sua esmola e aparecendo uma semana antes da romaria para limpar o recinto. Sobre a questão da escadaria, referiu que esta não se encontra a ruir, mas sim a precisar de uma limpeza, limpeza essa, que se tem vindo a fazer ao longo destes anos. Terminou referindo que não encontra muita urgência neste tipo de trabalhos.

Tomou a palavra o membro Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou a informar que é representante de todas as Freguesias, sendo que, no início do mandato reunidas todas as Juntas de Freguesia, e tomados os acórdãos, e a forma como se iria fazer a gestão das transferências das Freguesias, referiu que à excepção de um caso ou dois, toda a gente mostrou estar satisfeita. Pelo menos têm uma vantagem em relação ao Município, porque sabem que têm um dia por semana, para discutir os assuntos da Junta de Freguesia.

Referiu sobre esta questão que alguns dos assuntos que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo levantou nesta Assembleia, se os tivesse levantado nestas reuniões, provavelmente já estariam resolvidos, porque é testemunha que as coisas se resolvem na hora.

Relativamente às obras na sua Freguesia, referiu ter muitas obras, e não ter muitas vezes conhecimentos dos projectos, nem necessidade de ter, porque as obras são da Câmara Municipal, tendo a Junta apenas conhecimento daquilo que se vai fazer. Quanto aos projectos, considerou não serem da sua competência.

Quanto às festas da Vila, referiu que não iria comentar se os orçamentos foram bem ou mal feitos, porque apenas pretende dizer que, na vila de Vinhais também se fazem muitas festas, sendo as festas dos bairros equiparadas às festas das aldeias e as festas do mês de Agosto, não são as festas da vila, mas sim as festas do concelho.

Considerou que a Câmara de Vinhais da mesma forma que fizeram as Câmaras de Mirandela e Bragança, também optou por fazer as festas do concelho. Adiantou que, na altura em que pedia orçamento para fazer as festas na vila, altura essa em que se faziam boas festas, era abordado pelos Senhores Vereadores e pelo Senhor Presidente da Câmara na altura, para pedir mais dinheiro, no sentido de se fazerem festas como Bragança e Macedo.

Quanto ao espectáculo em si, adiantou que esteve presente no mesmo, tendo pago o seu bilhete, desejando que toda a gente do concelho também lá pudesse estar, porque a iniciativa, em sua opinião, era boa. Considerou ser uma pena que em Vinhais não se consiga cumprir os objectivos que à partida se propõem fazer, principalmente em iniciativas como esta. Adiantou que à Feira do Fumeiro provavelmente aconteceria a mesma coisa, ou seja, se fosse obrigatório pagar a entrada, acabar-se-ia com a feira.

Antes de terminar referiu que já tem sete anos, nestas coisas, e sente que antigamente a Assembleia tinha uma coisa boa, era mais discutida, e mais participada pelos Senhores

Vereadores, não existindo tanta questão pessoal, mas sim mais discussão de interesses públicos do concelho. Relembrou algumas questões debatidas em reunião da Comissão Permanente, nomeadamente a questão do Período Antes da Ordem do Dia, onde se deveriam colocar questões globais, e não a questão pessoal de ataque ao Senhor Presidente.

Continuou afirmando que os membros Senhores Carlos Costa e Carlos Abel aproveitaram a ausência do Senhor Presidente da Câmara, na presente Assembleia para colocar muitas questões, deixando o Senhor Vice-Presidente numa situação desconfortável, porque estes membros aproveitaram a ausência do Senhor Presidente da Câmara, para colocar questões pessoais.

Antes de terminar referiu que todos os Senhores membros desta Assembleia sentem a falta do Senhor Presidente da Câmara, porque existem assuntos que só o Senhor Presidente sabe responder.

Tomou a palavra o membro Senhor João Amaro, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, referindo de seguida que, relativamente à questão da ANCSUB, foi um dos fundadores da Associação e conhece plenamente os estatutos, e tudo o que se tem passado nessa Associação. Relativamente à Senhora Engenheira Carla Pereira referiu que esta, tem feito muito trabalho pela associação, sendo esta opinião, a opinião dos sócios da Associação. Considerou ser verdade também, que esta associação não trouxe fortuna nem riqueza para Vinhais. Acrescentou que a Senhora Engenheira Carla Pereira tem vindo a dar muitas horas de formação, desconhecendo se são pagas ou não. Relativamente à intervenção proferida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, onde foi referido que o contrato de trabalho que a Senhora Engenheira Carla Pereira tem, como Engenheira Zootécnica, fazendo o lugar do Doutor Ovídeo, alegou que esta informação prestada, nada tem a ver com as muitas horas de formação que a Senhora Engenheira Carla Pereira tem vindo a dar na associação, porque em sua opinião, são coisas verdadeiramente diferentes.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente Roberto Afonso, para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados, começando por referir que na política esteve sempre do lado da situação e não do lado da oposição. Acrescentou que o seu partido tem vindo a apresentar bons resultados e boas propostas, que não são nada catastróficas, ao contrário daquilo que os membros da

oposição dizem. Considerou ser esta a razão pela qual, os Senhores da oposição, se sentem incomodados, porque da parte destes não se vêm projectos, mas sim um vazio, coisas nulas, que não têm tido interesse nenhum, e não se têm visto nem reflectido qualquer tipo de desenvolvimento.

Considerou que partilha da opinião do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, quando referiu que, o PSD se mantém sempre a pessoalizar e fazer os trabalhos fáceis, como atacar, criticar e pegar em situações que, até podem ter alguma importância para as pessoas que têm algum interesse em saber, mas que nem sempre correspondem à realidade, porque a maior parte das informações que o PSD tem dado, não são verdadeiras, mas sim falsas. Anunciou que o PSD iria ter oportunidade de receber por escrito algumas das respostas, aqui solicitadas.

Quanto à CACOVIN, referiu que este ponto iria ser tratado posteriormente, uma vez que estava agendado num ponto da ordem de trabalhos.

Quanto às escolas, referiu que de momento apenas estão a funcionar cinco escolas, as restantes estão protocoladas, para serem cedidas para fins culturais, centros de dia, centros de animação social e local, para casas do povo, apoio às Juntas de Freguesia, etc. Concluiu sobre a questão das escolas que, se tem vindo a dar uma série de utilidades aos edifícios, que estavam fechados, e que se não forem utilizados acabam por desaparecer.

Quanto à empresa das energias eólicas, considerou não estar muito por dentro do assunto, referindo apenas que, a Câmara de Bragança numa sociedade semelhante tem apenas dez por cento, enquanto a Câmara de Vinhais tem cinquenta ou sessenta por cento do capital social. Enquanto a Câmara de Bragança e as Juntas vão receber apenas um milhão de euros, a Câmara de Vinhais vai receber doze. Ainda relativamente a esta questão, informou que estes membros iriam receber posteriormente outras respostas.

Relativamente à formação da Senhora Engenheira Carla Pereira, referiu que não iria acrescentar mais nada sobre este assunto, porque não possuía documentação consigo, e porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde e o Senhor João Amaro já tinham sido claros relativamente a esta questão.

Solicitou novamente o uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo para proceder à defesa de honra.

Iniciou por dirigir a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Erdral, referindo que não ajuizou que, aquilo a que se referiu anteriormente estava bem ou mal

gerido, apenas referiu que não lhe parece que esteja bem, e só não dá mais esmolas porque não concorda em utilizar o religioso, para promover o profano.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, referiu que diz o que quer, onde quer e como quer, e não precisa de correctivos de ninguém. Adiantou que a sua Junta de Freguesia, não pactua em merendadas que dão mal exemplo para o concelho, organizadas por alguém.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou se a Senhora Presidente da Junta de Edral e/ou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais pretendiam usar da palavra, anunciando que esta seria a última intervenção neste ponto da ordem de trabalhos.

Solicitou novamente o uso da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Edral, para esclarecer que a esmola que o Senhor Presidente da Junta de Candedo dá, é entregue à Comissão de Festas, e não à Junta de Freguesia de Edral.

Aconselhou o Senhor Presidente da Junta de Candedo, a dizer aquilo que pretende que seja feito com a sua esmola.

Referiu que também não concorda com certas coisas, como Presidente da Junta mas não faz parte da Comissão de Festas. Aquilo que pode vir a fazer, é agendar uma reunião, para debater estes assuntos.

Solicitou novamente o uso da palavra o membro Senhor Carlos Abel, para fazer um esclarecimento à Mesa. Iniciou por informar que o Senhor Presidente em exercício voltou a não responder às questões que lhe foram colocadas. Continuou referindo que a sua bancada nunca pessoalizou nada, não mentiu nem omitiu nem nada, apenas disse aquilo que é simplesmente a verdade.

Considerou que aquilo que está em causa relativamente à Senhora Engenheira Carla Pereira, é tão só, estar por um lado, e ser paga pela Câmara Municipal, e por outro, ao que foi apurado nesta Assembleia, dar formação.

Continuou referindo que esta bancada nunca levantou um ponto no Período Antes da Ordem do Dia, que não tivesse interesse para o concelho, que beliscasse ou pessoalizasse alguém.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, agradecendo as intervenções prestadas, e aproveitou o momento para fazer um esclarecimento, referindo que o Regimento da Assembleia Municipal tal como foi discutido em reunião da Comissão Permanente, dá uma intervenção com resposta do executivo, nova intervenção e resposta do executivo. Considerou que aquilo que o membro Senhor Carlos Abel acabou de fazer não foi uma defesa de honra, mas sim um esclarecimento à Mesa, com argumentos pouco esclarecedores, uma vez que falou sobre mais um assunto.

Relembrou que o membro Senhor Carlos Costa e o Senhor Presidente de Vinhais se comprometeram a fazer uma apresentação da Revisão do Regimento no mínimo antes da última Assembleia Municipal, para evitar discussões ale eterno.

2 - Ordem do Dia.

2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, questionou os Senhores membros para o caso de pretenderem fazer alguma inscrição. Ninguém manifestou intenção de intervir.

A acta foi posta em votação tendo sido aprovada por unanimidade.

2.2 - Leitura resumida do expediente.

Neste ponto tomou a palavra o Senhor Primeiro Secretário, em exercício, que passou a citar alguns títulos de correspondência recebida.

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para proferir a intervenção escrita que se segue:

“Exmo. Sr.

Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários da Mesa

Senhores Vereadores Presentes

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e demais

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Terminado que está o período de Verão, altura em que muitos regressam às suas terras para rever amigos e familiares, é o momento de retomar os trabalhos nesta assembleia que, como até aqui, deve continuar a pugnar pelos interesses do concelho de Vinhais.

São esses, os que passaram meses fora, sem visitar a sua terra Natal, que mais se apercebem das mudanças que por cá vão ocorrendo.

E o que me dá enorme satisfação e agora vos transmito é o eco de inúmeras abordagens expressando alegria e orgulho por ver a sua terra mudar, por ver que estão a ser criados novos espaços, modernos, atractivos e necessários. Condições essenciais ao desenvolvimento de uma região e à fixação da população.

Com rigor e confiança temos sabido reagir e responder bem às exigências do nosso concelho e, em três anos, são muitas as marcas de modernidade que se vêem reflectidas nas várias obras que temos inaugurado e naquelas que ainda estão em construção.

Pela Praça do Município, inaugurada no passado mês de Maio, passaram milhares de visitantes que, durante o dia, puderam vislumbrar a paisagem idílica envolvente, visitar o novo Posto de Turismo ou passear pela galeria comercial e, à noite, assistir à variada animação musical que preencheu muitas das noites de Agosto.

A antiga Praça do Mercado, o Largo dos Combatentes da Grande Guerra, mais conhecido como Largo do Arrabalde, transformou-se num magnífico jardim com um bonito espelho de água. Esta obra, a dar as boas vindas a quem chega a Vinhais e localizada no centro cívico da vila, com a visibilidade que tem, reveste-se de enorme importância para todos os Vinhaenses que há mais de 50 anos não viam ali qualquer intervenção.

O dia da inauguração, a que assistiram centenas de pessoas, ficou, também, marcado pela iluminação das muralhas e torres do Castelo de Vinhais e da Casa da Vila, há anos a exigir uma intervenção profunda, recuperando agora o esplendor de outrora e

devolvendo a Vinhais o velho epíteto de Sintra Transmontana. Este espaço acolherá, brevemente, o Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho, atraindo assim para Vinhais a atenção dos amantes da natureza que têm já sido muitos; só nos meses de Verão, mais de 7500 turistas visitaram o Parque Biológico de Vinhais. Um sucesso!

A parte sul da Câmara Municipal encontra-se praticamente concluída. É impossível ficar indiferente à beleza do Parque Verde de Desporto e Lazer com cerca de 4 hectares de relva, água, árvores e percursos que permitem desfrutar da natureza em passeios a pé, mas, também, proporcionar aos mais pequenos condições de segurança para, fora dos perigos do trânsito, andarem de bicicleta. Um lugar ideal para passear com a família.

Com este espaço concluído, com o Complexo das Piscinas cobertas e descobertas e com o novo Jardim-de-Infância, inaugurado há pouco mais de um ano, faltava “mexer” no antigo Estádio de Futebol para termos uma zona completamente nova em Vinhais, inteiramente dedicada à educação, ao desporto e ao lazer.

É desta que um bem executado projecto de remodelação, da autoria de técnicos da autarquia, vai transformar aquele velho campo, de fracas condições para a prática futebolística, num grandioso Estádio Municipal, com relvado sintético, iluminado, bancadas cobertas e balneários à altura dos desportistas de Vinhais e das equipas visitantes.

É um equipamento que estará ao serviço de todo o concelho e cujas obras estão para arrancar a qualquer momento.

Relativamente à saúde não posso deixar de referir o bom ritmo a que estão as obras no antigo Hospital de Vinhais. Tudo aponta para que até ao final do ano esteja concluída a tão importante e necessária Unidade de Cuidados Continuados de Saúde de Vinhais.

Desde início apostámos numa política para a saúde e para o bem-estar da família, para que, com o máximo de dignidade, todos possamos estar nas nossas casas até ao fim dos nossos dias.

Foi nesse sentido e a pensar nos mais carenciados que, recentemente, assinámos 7 contratos resultantes do Programa Conforto Habitacional para Idosos e que vai melhorar significativamente as condições de habitabilidade de 7 famílias. Muitos mais necessitariam, é certo, e infelizmente não é possível fazer tudo de uma vez, mas estamos

a criar uma rede de Apoios Domiciliários que tenham capacidade para responder às grandes carências que, nesta área, existem no nosso concelho.

Seria nosso desejo que todos permanecessem nas suas casas, com conforto e carinho, mas, como as exigências do dia-a-dia nem sempre permitem o acompanhamento dos nossos entes mais queridos, compreendemos a necessidade de criar alguns lares distribuídos geograficamente de forma adequada.

Foi por isso que, também neste Verão, lançámos a 1.^a pedra para a construção dos Lares de Moimenta e Rebordelo. Obras há muito aguardadas pela população e onde serão criadas condições para servir outras freguesias do concelho. Também estas obras estão para começar muito em breve.

Nas aldeias continuam os trabalhos a bom ritmo, quer em saneamentos, beneficiação de estradas e caminhos, igrejas, e aqui não posso deixar de referir a recente inauguração da tão desejada Igreja de Penso, muros, regadios, reforços de redes de água, largos, entre outros, alguns executados por administração directa da Câmara, outros por administração directa das Juntas de Freguesia.

Chegado o mês de Setembro é altura dos mais novos regressarem às aulas. No nosso concelho o arranque do ano lectivo aconteceu dentro da normalidade com todo empenho da autarquia, para que estivessem reunidas todas as condições necessárias ao sucesso de todo o processo de ensino-aprendizagem. A nossa acção passa pela criação de uma rede de transportes diferenciados e de qualidade, pequenos-almoços e lanches distribuídos diariamente, de forma gratuita, por todos os alunos do 1.º CEB, almoços, também gratuitos, para todos os alunos do pré-escolar e 1.º CEB, livros de Inglês para todos os alunos do 1.º CEB e das restantes áreas para os mais necessitados.

Duas novidades: após algumas negociações estamos a celebrar um protocolo com um reconhecido Instituto de Línguas, a Royal School of Languages, que, já no próximo mês de Outubro, se instalará em Vinhais para promover o acesso a cursos de línguas, em vários níveis. A escola ficará a funcionar no bloco B da actual escola EB 1 de Vinhais, em horário pós-laboral e os cursos serão dirigidos a todas as idades.

Também nesse bloco, em resposta à grande dificuldade que os nossos jovens têm em frequentar aulas de apoio, já que muitas vezes têm que procurar explicadores fora de Vinhais, funcionará um Centro de Estudos, com professores de diversas áreas, também em horário pós-laboral.

Não quero terminar esta intervenção sem referir que aguardamos a resolução das diversas candidaturas aos fundos comunitários que, nas áreas do ambiente, turismo, agricultura, redes viárias, educação, etc. apresentámos ao QREN. Estamos confiantes na sua aprovação e brevemente faremos uma exposição de alguns desses projectos que reputamos do maior interesse para a continuidade do progresso e desenvolvimento do nosso concelho.

A situação financeira da Câmara continua boa o que nos ajuda a manter a confiança e a encarar o futuro com optimismo e segurança.

Dotações orçamentais- 1.284.58,18€ (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil e cinquenta e oito euros e dezoito cêntimos)

Dotações não orçamentais- 711.104,16€ (setecentos e onze mil, cento e quatro euros e dezasseis cêntimos €)

Concluo convidando todos os presentes a participarem na 3.^a edição da RuralCastanea – Festa da Castanha, este ano a ter lugar nos dias 31 de Outubro, 1 e 2 de Novembro. O programa está concluído e acreditamos que mais uma vez teremos um evento de grande qualidade e importância para o desenvolvimento económico da região. Aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia o apelo para que mobilizem as suas populações a participar nesta edição e a trazer os seus produtos para o característico Mercado das Colheitas de Outono.

Mais uma vez não vão faltar as castanhas assadas no Maior Assador de Castanhas do Mundo – Recorde Guinness, a jeropiga e o vinho tinto que, certamente, aquecerão o corpo e a mente daqueles que nos visitarem.

2.4 - Período de intervenções.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, questionou os Senhores membros se pretendiam usar da palavra neste ponto da Ordem de Trabalhos.

Inscreveram-se os membros Senhores:

- Rubem Almeida;
- Manuel Diogo Morais;
- Lisete Claro;
- António Borges;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais;
- Pedro Miranda.

Tomou a palavra o membro Senhor Rubem Almeida, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou a referir que lamenta que neste ponto da Ordem do Dia, que é quando a Câmara apresenta aquilo que tem vindo a fazer, não vê ninguém da Bancada do PSD. Considerou que tal facto se justifica, porque não há nada a apontar, aquilo que foi feito, foi bem feito na sua opinião. Considerou ainda ser mais fácil «lavar roupa suja», e fazer ataques pessoais, baseados em falsos e maquiavélicos factos, muitas das vezes inexistentes, ameaçando, e dando ordem de prisão a tudo e todos.

Concluiu que a verdade é que não se viu nada até hoje, e o PS não tem esta forma de agir, nem de estar na política, porque isto em nada dignifica a bancada do PSD, e muito menos esta Assembleia.

Tomou a palavra o Membro Senhor Diogo Morais, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, passando de seguida a referir que pretendia apenas falar da obra que o Senhor Vice-Presidente acabou de elogiar, referiu-se à obra do Jardim Municipal. Referiu que essa obra não trouxe, benefício algum para Vinhais, porque antes da obra algumas famílias de Vinhais tinham sete euros e meio para gastar por dia. Hoje depois da inauguração continuam a existir as mesmas famílias com o mesmo dinheiro. Dito isto questionou o Senhor Vice-Presidente sobre onde foi que essa obra veio enriquecer Vinhais. Continuou referindo que foram gastos nessa obra milhares de contos e em vez do jardim lá existente com relva, árvores, jardim, e flores, e agora ficou um jardim minúsculo e uma praça insignificante. Acrescentou que não está contra a obra, mas sim contra o tempo em que ela foi feita.

Relembrou ao Senhor Vice-Presidente que Vinhais tem muitas carências, sendo o segundo concelho mais pobre do país, sendo que atrás de Vinhais, só mesmo o concelho de Sabugal no distrito da Guarda. Relativamente ao estudo com mais de cinco anos,

mencionado anteriormente, referiu que no Jornal de Noticias de Novembro do ano passado, vem mencionado o mesmo estudo. Concluiu que o Concelho de Vinhais continua a ser o concelho mais atrasado do país, porque se gasta dinheiro que serve apenas para os olhos consumirem, não trazendo benefício a ninguém. Sugeriu que em vez da obra que se realizou no arrabalde, tivesse o Senhor Presidente arranjado dez ou doze postos de trabalho, aí sim, iria gabar a acção do Senhor Presidente, porque haveria dez ou doze famílias que iriam estar muito melhor, ou se em vez das obras no arrabalde tivesse feito saneamento em qualquer uma das oitenta e tal aldeias que não tem ainda saneamento, estaria aqui o Senhor Presidente a contribuir para o desenvolvimento de Vinhais, ou se tivesse empedrado umas ruas em aldeias que faltam empedrar, seria no seu ponto de vista uma boa acção, e as pessoas ficar-lhe-iam gratas. Continuou referindo que desenvolvimento e beleza são duas componentes que nunca ou quase nunca andam de braço dado. Referiu que aquilo que deveria ter sido feito passaria por optar pelo desenvolvimento e deixar a beleza. Porque se quiserem a beleza têm que deixar o desenvolvimento para trás, e continuar no fundo da tabela.

Questionou o Senhor Vice-Presidente se tinha conhecimento que no dia da inauguração ou no dia anterior um carro da Câmara Municipal se tinha deslocado à cidade da Nazaré para transportar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais para estar presente na inauguração. Referiu que se tiver como resposta que se trata de uma informação falsa, tem a sua pergunta respondida, mas no caso de ter sido verdade, questionou o Senhor Vice-Presidente se faria o mesmo com qualquer outro membro desta Assembleia.

Continuou referindo que não quer aqui ser ingrato, como muita gente pensa que a sua bancada é do tipo «bota-a-baixo», mas pretende apenas aqui dizer muito obrigado por ter reconstruído as muralhas, adiantando que se estivesse no lugar do Senhor Presidente da Câmara também o faria, mas quanto ao jardim deixaria para «segundas núpcias»

Tomou a palavra a membro Senhora Lisete Claro que iniciou por cumprimentar todos os presentes e passou a informar que em Vinhais têm vindo a ser feitas muitas obras, algumas bem feitas, outras no seu ponto de vista menos bem feitas e num timing desactual.

Apesar disso, considerou que o concelho de Vinhais continua a ser um concelho onde falta quase tudo, porque não há incentivos à fixação de empresas nem à sua modernização o que geraria riqueza e novos postos de trabalho. Referiu ter ouvido dizer

que vêm agora alguns incentivos para fixar a população. Sobre esta questão, manifestou o desejo que esta proposta venha a ser executada, principalmente para fixar os jovens estudantes do secundário, porque a maior parte destes jovens estão a procurar outras cidades para concluir o ensino secundário.

Continuou referindo que a Câmara não tem dinheiro para compor umas escadas que não conhece, mas que ouviu falar numa intervenção anterior, e para fazer obras ou remodelar uma ponte, mas a Câmara teve cem mil euros, ou mais de cem mil euros para gastar no festival de música, festival esse, que segundo consta, eram mais os músicos que se encontravam em cima do palco do que as pessoas que se encontravam a assistir ao espectáculo.

Referiu que esta situação é uma situação à qual a sua bancada vem estando habituada, nomeadamente às obras de fachada do executivo camarário, que são sempre abrilhantadas por festas, festinhas e festarolas. Considerou que neste caso não havia público por isso não havia necessidade deste festival de música.

Questionou o executivo sobre quem foi o responsável, o que é que falhou, porque falhou, e quanto foi gasto, respostas essas que pretende que sejam apresentadas a esta Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o membro Senhor António Borges, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, passando de seguida a referir que a tinha planeado começar a sua intervenção de uma outra maneira, mas iria optar por começar de uma outra forma porque tem que necessariamente ir, por aquilo que o Senhor Vice-Presidente apelidou de ir pelo caminho mais fácil, isto porque para chegar até Vinhais foi obrigado a passar por um caminho muito difícil, atravessando a estrada de Seixas aos Salgueiros que mais parece um caminho de cross, razão pela qual agora escolheu ir pelo caminho mais fácil.

Passou a referir que concorda que existem boas obras feitas pelo executivo, mas não cabe a si fazer os elogios, porque se o fizesse juntando-se à bancada do PS, estaria sempre a fazer elogios.

Referiu que a situação que pretende expor aqui o espanta um pouco, porque na sua perspectiva o concelho vive com fracos recursos, pobre e até de certa forma a viver deprimido, onde com toda a certeza a média dos vencimentos das pessoas de Vinhais é daquelas que são mais baixas no país.

Continuou referindo que ficou surpreendido quando se deparou com a folha de vencimentos de funcionários de uma empresa municipal, que caracterizou de

vencimentos elevadíssimos que são completamente antagónicos da realidade deste concelho. Passou a informar que existem funcionários numa empresa municipal com vencimentos superiores a três mil e duzentos euros por mês, que são inclusivamente vencimentos superiores aos vencimentos do pessoal do gabinete do Senhor Presidente da Câmara, quando se sabe que existem funcionários na Câmara Municipal que se encontram sem progredir nas carreiras, sem requalificações e que com isto veriam as suas remunerações melhoradas.

Antes de terminar solicitou ao Senhor Vice-Presidente em representação do Senhor Presidente e do executivo que esclarecesse de forma clara e sucinta, quais foram os critérios que prevaleceram à selecção dos ditos quadros da empresa municipal e ainda saber se o Senhor Vice-Presidente em representação do executivo está de acordo com esta política salarial e estrutural da referida empresa. E ainda se está convicto que estas pessoas conseguem trazer à empresa benefícios superiores aos seus vencimentos, tendo em conta a solidez da empresa.

Terminou a sua intervenção manifestando o interesse de vir a ter acesso ao protocolo da Royal School, porque em sua opinião poderá existir um conflito entre o ensino público e o ensino privado, e para não criticar antecipadamente de uma forma desconhecida, pretendia por isso, ter acesso a esse protocolo.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, que iniciou por referir que não tinha intenção de intervir nem de subir ao palanque, sendo que foi obrigado a fazê-lo porque pretendia olhar olhos nos olhos para um membro da Assembleia.

Pedi desculpa à Assembleia pelo momento da sua intervenção, e relativamente à obra do Arrabalde e ao facto de as pessoas terem na altura sete euros e meio, questão esta trazida a esta Assembleia por um membro desta mesma Assembleia, referiu que as pessoas continuaram a ficar com os mesmos sete euros e meio, mas a obra está lá.

Referiu sobre esta questão que a política deste membro, é distribuir o dinheiro pelas pessoas e não fazer obras.

Continuou referindo que aquela obra lhe dá uma satisfação imensa, tanto a si como aos seus familiares, que chegaram a Vinhais e deram a opinião que em Vinhais já se vê alguma coisa. Considerou que isto também é desenvolvimento, porque tem quatro irmãos que estão todos fora e alguns deles já não queriam vir ultimamente, mas desta

vez viram a coisa diferente, adiantou ainda que os seus irmãos também consomem e gastam o seu dinheiro em Vinhais.

Quanto ao facto de ter sido dito que o Jardim agora não tem árvores, nem relva, referiu que agora tem aquilo que nunca teve, ou seja, tem água. Considerou ser uma questão de opção política, ao mesmo tempo que é uma obra que estava ansiada por todos os Vinhaenses e por si em particular. Não se trata só e apenas da questão do Jardim, mas sim a inauguração de um espaço para a Junta de Freguesia de Vinhais.

Ainda sobre esta questão informou que na altura fez uma pressão tremenda sobre o Senhor Presidente da Câmara e Engenheiros para que a obra fosse inaugurada o mais cedo possível, infelizmente ou felizmente coincidiu com o seu período de férias na Nazaré com a sua família, tendo sido abordado por uma chamada telefónica do Senhor Presidente da Câmara para anunciar a data da inauguração.

Considerou ser necessário contar a história toda das suas férias para que todos ficassem esclarecidos do que realmente aconteceu. Dito isto, continuou a referir que, todos os dias durante as suas férias, fazia quinze quilómetros para cada lado, para se deslocar a São Martinho do Porto para apanhar banhos de praia. Acrescentou que quando recebeu a chamada do Senhor Presidente da Câmara na qual lhe foi dito para estar presente no fim-de-semana da inauguração, considerou que se viesse era porque vinha, se não viesse era porque não vinha, poderia privar a sua família um fim-de-semana, mas sem carro na Nazaré era complicado, por isso não trouxe o carro para Vinhais.

Considerou que na altura não pensou, e o Senhor Presidente da Câmara também não pensou nas consequências. Aquilo que pensaram foi unicamente em estar presente em Vinhais porque era um orgulho tremendo para ambos.

Ainda sobre esta questão lembrou o membro que levantou esta questão, que sendo representante das Freguesias desta Assembleia na Associação Distrital e na ANAFRE, desafia o membro em questão a ir procurar à Câmara qual foi o custo ou cêntimo que teve até à data, de representações em Bragança nas Assembleias distritais e na ANAFRE.

Adiantou que a Junta de Freguesia de Vinhais é a única do concelho que tem um orçamento que permite ter um vencimento para o Presidente da Junta a meio tempo, vencimento esse que o Presidente anterior recebia, mas pessoalmente como não está a trabalhar por dinheiro mas sim pelo gosto, prescindiu esse dinheiro.

Considerou ter sido uma decisão rápida porque a intenção era estar em Vinhais à hora marcada, e se hoje lhe pusessem o mesmo carro à sua disposição para estar em Vinhais, faria exactamente o mesmo.

Tomou a palavra o membro Senhor Pedro Miranda, que iniciou por cumprimentar todos os presentes passando de seguida a proferir a intervenção escrita que se segue:

“ Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,

Senhores Secretários,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vinhais em substituição,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta,

Senhoras e Senhores.

Não venho falar de festas nem festarolas, mas sim de um mega festão na freguesia de Rebordelo porque nesse dia escreveu-se uma página de ouro. Um sonho que há tanto tempo perseguíamos que mais parecia uma miragem ou uma utopia, é hoje uma realidade, uma luz ofuscante que nos encadeia de tanta alegria. Estou-me a referir ao Lar de Idosos, que vai ser construído nesta terra. Este vai ser um grande investimento que vai dar satisfação aos desafios impostos pelo envelhecimento da nossa população, envelhecimento este, devido a várias causas como as demográficas e sócio-económicas. Esta obra vai conferir aos idosos o bem-estar e a qualidade de vida que merecem, possibilitando-lhes a hipótese de gozarem em plena satisfação uma nova fase da sua vida, pois irão ter acesso a cuidados de saúde, alimentação, higiene, conforto, acesso a cuidados de ordem física e psico-social de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar. Não podemos esquecer um aspecto importante, para os utentes desta terra que irão ter acesso a um desenraizar do seu meio, da sua freguesia, família, vizinhos e amigos. Um outro ponto importante desta obra é a criação de postos de trabalho, gerando desenvolvimento e activação. Mas grandes obras e grandes investimentos reflectem muito trabalho e empenho, e temos que elogiar quem trabalha, quero portanto felicitar a Junta de Freguesia de Rebordelo que tem um verdadeiro Presidente de obras. Mas para uma Junta de Freguesia poder trabalhar tem que ter um bom aliado, refiro-me à Câmara Municipal de Vinhais, saudando o seu executivo, pelo seu dinamismo, pela sua competência e pela sua paixão e entrega ao trabalho nesta terra, mostrando desde o principio serem as pessoas certas nos lugares certos.

Obrigado.

Pedro Miranda.”

Terminado o período de intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu as intervenções prestadas e passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar os esclarecimentos solicitados.

O Senhor Vice-Presidente iniciou por referir que as respostas a algumas das questões que foram colocadas já tinham sido dadas, tendo anotado algumas questões. Relativamente à questão colocada pela membro Lisete Claro referiu que compreende o motivo pelo qual esta membro não conhece o santuário de São Tiago de Ribas, prende-se com o facto de passar muito pouco tempo no concelho, porque se passasse mais tempo conheceria de certeza porque é um espaço muito bonito, assim como outros espaços bonitos que existem no concelho.

Relativamente ao Vinhais Fest, referiu que foi um festival que decorreu durante dois dias, e não compreende o porque de dizerem que custou cem mil euros, nem em que se baseiam para dizer tal valor, porque não são números reais. Garantiu que o valor andou muito abaixo do valor que foi anunciado anteriormente. Adiantou que nunca nenhum evento em Vinhais, quer seja Feira do Fumeiro, da Castanha ou outro evento importante que tem acontecido no concelho teve patrocínios tão altos como foi o caso do Vinhais Fest, de algumas instituições bancárias e de outras instituições, patrocínios que nunca houve em Vinhais.

Dirigiu-se à membro Lisete Claro referindo que tal como não conhece São Tiago de Ribas também não esteve em Vinhais nesse fim-de-semana por isso não assistiu ao espectáculo, se não quisesse pagar para ver, poderia ter visto na mesma, fazendo aquilo que foi feito por muitas centenas de Vinhaenses que não quiseram pagar e viram o espectáculo do lado de fora. Concluiu que o objectivo foi concretizado, não pode culpabilizar ninguém, talvez o São Pedro por ter mandado muita chuva na noite anterior. Referiu desconhecer o motivo pelo qual as pessoas não estiveram presentes, porque a promoção foi muito bem feita, com vários cartazes e publicidades em várias rádios portuguesas e espanholas, tendo sido muito bem anunciado. O público de Vinhais esteve presente, sendo que aquele que quis estar presente procurou locais onde dava para ver, porque se a ideia fosse que as pessoas que se encontravam do lado de fora não

vissem o espectáculo teriam mudado o palco ao contrário, no estádio ou dentro do pavilhão.

Relativamente à questão da estrada entre Seixas e Tuizelo anunciada pelo membro Senhor António Borges, referiu que conhece muito bem a estrada porque ao contrário deste membro transita nela várias vezes quando visita a sua avó.

Quanto à questão dos vencimentos da empresa municipal referiu desconhecer qual a empresa municipal a que o membro Senhor António Borges se referiu. Presumiu que seria a ProRuris, e garantiu que é do seu conhecimento que nenhum dos funcionários da empresa quer ocupe um lugar na administração ou de técnico, tem vencimentos superiores aos que auferiam anteriormente no local onde trabalhavam, pelo contrário referiu existirem funcionários que assinaram acordos e contratos de exclusividade e que ganham menos do que ganhavam antes.

Relativamente à questão que lhe foi colocada pelo membro Senhor António Borges, sobre se concordaria ou não com os salários dos funcionários da dita empresa, referiu que se estes funcionários desempenham bem as suas funções e com profissionalismo, claro que concorda com os vencimentos que estes auferem. Porque é da opinião que quem trabalha bem deve ser bem remunerado.

Sobre a questão do protocolo com a Royal School referiu que este é um instituto reconhecido pelo Ministério da Educação, com o qual tem protocolos que irá funcionar no lugar que está destinado, porque existe um protocolo do Município com o Ministério da Educação que autoriza a Câmara a utilizar daquele espaço em actividades conexas às actividades educativas, ou seja, enquadra-se perfeitamente no objecto desse protocolo a instalação da Royal School, que é uma mais valia para Vinhais, uma vez que vai permitir o acesso a cursos a vários alunos e a qualquer pessoa que pretenda aperfeiçoar o seu conhecimento a outras línguas. Concluiu que é uma mais valia, e que estão satisfeitos com este acordo, porque no nordeste apenas existe neste momento a funcionar em pleno em Mirandela e em Macedo de Cavaleiros, sendo um instituto com quarenta anos no país, devidamente implantado e com todo o reconhecimento que merece.

Agradeceu as observações simpáticas e sinceras feitas pelo membro Senhor Pedro Miranda.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores membros se alguém pretendia usar da palavra.

Inscreveram-se novamente para fazer uso da palavra os membros Senhores:

- Manuel Diogo Morais;
- António Borges;
- Lisete Claro;
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa.

Solicitou o uso da palavra o membro Senhor Manuel Diogo Morais, para esclarecer algumas questões ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, iniciou por referir que não esteve presente na inauguração, apenas ouviu comentar, e se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais veio à inauguração, foi bem-vindo, e fez muito bem em vir, mas se as pessoas comentam é porque não acham muito bem o sucedido. Continuou referindo que nada tem a ver se o Senhor Presidente veio de viatura própria ou não, se veio de avião, e se nas deslocações a Bragança usa viatura própria e não recebe ajudas, porque isso é um problema que não é seu, mas sim do Senhor Presidente da Junta.

Ainda relativamente a esta questão referiu que teria ficado bem ao Senhor Presidente da Junta de Vinhais dizer nesta Assembleia quanto é que vai custar por mês entre água e electricidade a manutenção do jardim do Arrabalde, ao que apurou como membro, esse valor irá andar à volta de mil euros por mês. Considerou que esse valor poderia ser aproveitado para criar mais um emprego para Vinhais, porque a obra em si é boa, mas fazer uma obra em qualquer momento, só faria sentido se fosse uma obra que se pudesse ter, porque obras em que só se gasta dinheiro sem se ter lucro, em sua opinião não é legal.

Continuou alegando que nada tem contra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, pelo qual nutre uma sincera amizade e consideração.

Solicitou novamente o uso da palavra o membro Senhor António Borges alegando que não pretendia discutir qual dos dois passaria mais vezes na estrada que mencionou na intervenção anterior, porque de certo não seria nenhum dos dois. Continuou referindo que as suas funções limitam-se à Assembleia Municipal, enquanto as do Senhor Vice-Presidente se limitam ao executivo, sendo essa a razão que levou a questionar sobre

para quando estão previstas as obras na referida estrada. Considerou que neste momento um arranjozinho já seria aceitável e admissível, apesar de se estar a precisar de uma estrada nova. Sabe que vai levar mais uma vez com a desculpa da desclassificação e não desclassificação, espera por isso que um dia que venha a ter filhos, estes venham pedir o mesmo, sendo que nessa altura já terá que pedir um rompimento devido ao estado em que se encontra.

Relativamente à questão das empresas municipais, referiu que continua estupefacto ao saber que alguém antes de transitar para a empresa municipal, sem por em causa e em dúvida a palavra do Senhor Vice-Presidente, ganhasse três mil e duzentos euros. Considerou ser normal se esse fosse mesmo o vencimento dessa pessoa, mas continua achar que são vencimentos exorbitantes para Vinhais. Terminou anunciando que iria fazer chegar cópia à Mesa, dos documentos com o valor dos vencimentos dos funcionários da empresa municipal.

Requeru novamente a palavra a membro Senhora Lisete Claro para responder ao Senhor Vice-Presidente referindo que costuma ler o Jornal de Notícias, tendo lido uma notícia que dizia que a Câmara Municipal de Vinhais assumiu que tinha gasto setenta mil euros no festival de música Vinhais Fest.

Tendo ouvido nesta Assembleia o Senhor Vice-Presidente dizer que houve patrocínios muito elevados, e que se gastou muito menos que isso, solicitou mais uma vez ao executivo para esclarecer esta questão.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou de seguida a referir que é da opinião que o número de empregos no concelho de Vinhais tem vindo a aumentar.

Quanto ao festival referiu não ser a pessoa indicada para falar desse assunto, mas como está envolvido no ambiente das festas, sabe que no mês maravilhoso das festas também se apanha muitos frios, por isso é da opinião que provavelmente o festival se o tempo tivesse estado melhor e se tivessem tido o cuidado de esconder mais os grupos, ou seja, se não fosse possível ver, sem ter que pagar, talvez tivessem tido mais gente. Concluiu que estas são aquelas apostas que se fazem, que qualquer executivo faz que por vezes não saem bem, porque a verdade é que o festival tinha qualidade, porque trouxeram qualidade a Vinhais.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais e ao membro Senhor Manuel Diogo Morais esclareceu que no dia em que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais chegou a Vinhais vindo da Nazaré, o carro que o transportou foi fazer um serviço antes, à cidade do Porto, para o Centro Social e Paroquial de Vinhais, ou seja, não foi de propósito para ir buscar o Senhor Presidente da Junta. Naturalmente que não informaram o Senhor Presidente da Junta que na mala iria o motor da máquina de lavar. Concluiu sobre esta questão que o carro não foi de propósito para ir buscar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais e também não foi de propósito que não informaram o Senhor Presidente da Junta sobre os motivos de o carro o ter ido buscar. Referiu que pode provar o que acabou de dizer, e que na altura foi pedida a carrinha do centro, mas não a pode emprestar na altura.

Terminado o período de intervenções o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Senhor Vice-Presidente se pretendia usar da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados.

O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra para prestar de uma forma breve os esclarecimentos que lhe foram solicitados. Iniciou por se referir à questão do arranjo da estrada que o membro Senhor António Borges colocou, informando-o que a estrada se encontra em processo de classificação, sendo que neste momento nada mais pode adiantar, pode todos sabem quais as negociações que estão a ser feitas. Referiu que a estrada tem muitos quilómetros, sendo preciso muito dinheiro para a fazer. Considerou ser uma estrada que interessa a todos aqueles que por lá passam.

Quanto à questão do Vinhais Fest, referiu que não iria acrescentar mais nada, porque inicialmente tinham falado em cem mil euros, passando depois para setenta mil, e se assim continuassem a descer, iriam dizer que o Vinhais Fest tinha dado lucro. Quanto ao valor que foi anunciado pela imprensa referiu não ter conhecimento, porque não assinou nada do que lá está escrito, por isso não são números reais.

2.5 - Imposto Municipal Sobre Imóveis 2009 – Proposta.

Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o executivo se pretendia usar da palavra no sentido de fazer uma breve apresentação do ponto em questão.

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente que de forma breve esclareceu que na última reunião de Câmara do dia cinco de Setembro foi deliberado actualizar os valores do IMI para o próximo ano, sendo que, este ano relativamente ao ano anterior baixaram o valor dos prédios urbanos para zero vírgula cinco, quando no ano passado estava em zero vírgula seis, ou seja, encontra-se quase no mínimo, uma vez que o valor oscila entre os zero quatro e os zero oito.

Quanto à taxa referente aos prédios rústicos referiu ser um valor fixo, mantendo-se nos zero vírgula oito por cento, sendo um valor imposto por Lei, não podem mexer nele. Ainda sobre os prédios urbanos novos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis informou que foi deliberado e aprovado em zero vírgula vinte e cinco, ou seja, cinco décimas acima do valor mínimo que é zero dois.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se algum pretendia intervir neste ponto.

Inscreveu-se o membro Senhor:

- Carlos Abel.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel que iniciou por referir que pretendia apenas relembrar esta Assembleia, que há cerca de três anos, ou seja, o tempo de mandato que leva este executivo, que a sua bancada tem vindo a insistir na baixa das taxas do IMI.

Relembrou ainda que houve inclusivamente uma situação em que tiveram que recorrer, tendo sido devolvido às pessoas este ano, tendo estado por trás disto o trabalho do PSD, que é um trabalho que tem que se fazer. Em sua opinião o grupo do PS continuará a fazer loas ao executivo e o PSD a fazer aquilo que está menos bem, sendo esta a sua função, pelo que ninguém os poderá levar a mal, porque também aqui o PSD teve razão. Referiu que continua a achar que a taxa relativamente aos anteriores está um pouco alta, isto porque, as novas taxas são aplicadas aos prédios novos construídos, ou vendidos com a vigência da nova Lei de dois mil e quatro, e os prédios antigos estão a ser reavaliados, ou seja, irá ter que se convergir num determinado ponto, numa taxa única, por essa razão a diferença entre zero cinco e zero vinte e cinco, ainda é cinquenta por cento. Isto implica que irão ter que progressivamente fazer essa tendência de

aproximação das duas taxas, uma vez que a anterior taxa sobre os prédios mais antigos, o seu valor patrimonial está a ser actualizado.

Relembrou mais uma vez que, durante três anos, solicitaram e propuseram, tendo a Câmara acedido muito bem, à sua solicitação. Desta forma ficou toda a população de Vinhais a ganhar, porque tem havido investimento imobiliário no concelho, existindo ainda muitos prédios por vender, sendo isto, um entrave para que essa venda decorra, sobretudo num clima económico muito desfavorável.

A proposta relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis 2009, foi votada e aprovada por unanimidade.

2.6 - Associação NUTSIII – Adesão à futura Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes.

Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o executivo se pretendia usar da palavra no sentido de fazer uma breve apresentação do ponto em questão.

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente que de uma forma breve apresentou este ponto iniciando por referir que o novo processo de organização administrativa do país imposto pelo governo organiza os espaços em Nuts, sendo que agora se pertence à Nuts III, que inclui não só concelhos do distrito de Bragança mas também concelhos do Alto Tâmega, num total de quinze. Explicou que para se poder aceder e ter mais facilidades nas candidaturas a projectos comunitários terá que ser criada esta associação que tem como nome Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara estando agora em Assembleia para ser colocada a votação.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se algum pretendia intervir neste ponto.

Inscreveu-se o membro Senhor:

- Carlos Abel.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao membro Senhor Carlos Abel, tendo este, expressando a vontade de referir apenas duas coisas neste ponto da ordem de trabalhos. Iniciou por referir que o Senhor Vice-Presidente poderia ter explicado melhor este ponto, porque mais pareceu uma raposa a passar por uma vinha vindimada, como diz o povo.

Esclareceu que esta questão dos Nuts III foi uma imposição, um cortejamento do território nacional que foi feito, aquando da adesão à comunidade europeia, para se ter acesso e para se conseguir consignar por áreas geográficas em que existe certa similitude geográfica e cultural.

Aquilo que o Governo quer impor, muito na senda daquilo que vinha a ser feito pelo PSD, que foi feito ainda no Governo do Doutor Durão Barroso, pelo Doutor Miguel Relvas, eram as Associações Intermunicipais, isto porque existem obras que são feitas e que abrangem situações que são muito de âmbito regional. Esclareceu que não se trata de uma estrada entre a Mofreita e Paço, mas uma estrada que liga Vale Cova Lua por exemplo, sendo que neste caso existe um interesse das duas Câmaras e será aqui que estas associações serão muito importantes.

Ressalvou aqui, aquilo que o PSD defendeu em termos de parlamento, porque ao invés daquilo que se fazia parte da proposta feita há quatro anos e aprovada por esta assembleia, havia uma certa flexibilidade territorial. Agora o Governo muito à moda desta arrogância da administração “ Sócrates” fixou e não deixou hipótese de se querer pertencer a uma, ou de se querer pertencer a outra, como era em tempos atrás no anterior projecto-lei, sendo que muitas pessoas ainda se lembram. Por isso o PSD local e nacional aprovam a ideia, porque consideram que é por aqui o caminho, acreditando que talvez já se perderam três anos, assim como pequenos ajustamentos e diferenças que já deveriam ter sido feitos. Considerou que o executivo sabe disto melhor que ninguém, porque se depara todos os dias com situações de problemas transfronteiriços em relação às fronteiras de concelho. Por essa razão, anunciou que iriam votar favoravelmente esta medida, apesar de considerarem estes “pecadinhos”, que esta medida tem.

A proposta relativa a Associação NUTSIII – Adesão à futura Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, foi votada e aprovada por unanimidade.

2.6 - Relatório Referente à Actividade Financeira do Município - 1.º Semestre de 2008 – Tomar conhecimento.

Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o executivo se pretendia usar da palavra no sentido de fazer uma breve apresentação do ponto em questão.

O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra e de uma forma muito breve informou que todos os membros receberam o relatório da sociedade de revisores oficiais de contas, que fazem as revisões das contas da Câmara, relatório esse, que serve apenas para tomar conhecimento, uma vez que lá se encontram todos os aspectos focados, referindo-se ao primeiro semestre de dois mil e oito. Referiu que algumas das anotações e alguns dos conselhos nele referidos já foram tomados.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se algum pretendia intervir neste ponto.

Inscreveu-se o membro Senhor:

- Carlos Abel.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao membro Senhor Carlos Abel, que de uma forma breve referiu que tratando-se de um documento para ser tomado o seu conhecimento, e já o tendo feito, iria juntamente com a sua bancada guardar as suas conclusões relativamente a este relatório.

Considerou o relatório extenso, e apesar de já ter começado a ler e ter tirado algumas anotações, referiu não se sentir capaz de fazer uma discussão franca e aberta, relativamente ao relatório, apesar de ter registado que existem algumas deficiências ao nível do funcionamento da Câmara, que deverão ser corrigidas, apesar de reconhecer que esses erros não vêm só deste mandato, mas historicamente para trás como as questões ao nível do armazém e de procedimentos e processos dentro da própria Câmara, que a seu tempo irão falar sobre isso.

2.6 – Cacovin – Agroindustria, Lda – Aumento do Capital Social;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o executivo se pretendia usar da palavra no sentido de fazer a apresentação do ponto em questão.

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente comunicando que na reunião da CACOVIN foi ocorrido fazer um aumento de capital no qual a Câmara teria um aumento de dez por cento. Este aumento foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, que equivale a um reforço de cinquenta mil euros, dos trinta por cento que a Câmara tem dentro da sociedade, equivalem a quinze mil euros.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se algum pretendia intervir neste ponto.

Inscreveu-se o membro Senhor:

- João Amaro.

Tomou a palavra o membro Senhor João Amaro para questionar o executivo relativamente à questão aqui apresentada relacionada com a CACOVIN.

Recordou que no dia da abertura da CACOVIN foi abordado pelo Senhor Presidente, que o acusou de ter votado contra. Informou que nunca votou contra nem a bancada do PSD.

Relativamente às duas perguntas que colocou e que não lhe foram respondidas, referiu que tem esperança que o Senhor Vice-Presidente venha a dar uma resposta.

Relembrou ainda, que quando foi apresentado o programa da CACOVIN, este tinha vários aspectos que referiam a produção de legumes, frutas e todo o tipo de hortícolas, e um tipo de moagem que desse para fazer rações. Considerou que nessa altura esteve de acordo e continua de acordo com todo o desenvolvimento. Adiantou que nessa altura houve quem andasse pelos terrenos para fazer umas pesquisas sobre os terrenos, para se saber para aquilo que seriam bons ou menos bons.

Referiu que aquilo que pretende saber é se verdadeiramente esse projecto irá ter seguimento ou se irá ficar na gaveta.

Porém, quando ouviu dizer que a CACOVIN deu no primeiro ano trinta mil contos de lucro, não percebe o porquê de no segundo ano não ter dado também, e o porquê também do investimento que aqui está a ser votado.

Questionou mais uma vez, se verdadeiramente compensa estar a fazer este investimento, numa empresa que não consegue sobreviver sozinha, porque tiveram que se aliar várias associações, que vivem de um recurso de projectos e do estado.

Terminou alertando mais uma vez, para o facto de querer ser esclarecido sobre esta questão, nomeadamente se esse projecto vai para a frente, com que meios vai e em que ponto se encontra.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o executivo se pretendia exercer o direito de resposta.

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente que iniciou por referir que naturalmente este aumento de capital irá nesse sentido, ou seja, irá poder dotar a empresa de forma a poder ampliar todos os princípios e todos os objectivos que se propôs quando foi apresentada. Para além de algumas candidaturas que foram feitas e que visam também o desenvolvimento e a ampliação noutros sectores, que não é o que está neste momento a laborar.

Terminou informando que não faz parte desta administração, mas julga que será assim.

O ponto Cacovin – Agroindustria, Lda – Aumento do Capital Social, foi votado e aprovado com quatro abstenções.

2.9 - 2.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 4.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 4.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao executivo para se pronunciar neste ponto da ordem de trabalhos.

O Senhor Vice-Presidente passou a explicar as modificações do orçamento da receita onde consta uma reforço de noventa e três mil, trezentos e setenta e cinco que se refere ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, relacionado com a candidatura quase concluída da casa da vila, o futuro Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho, que nesta segunda parte foi ampliada e autorizada a musealização daquele espaço em termos de natureza e ambiente, daí este reforço.

Quanto aos duzentos e cinquenta euros esclareceu que se refere a uma caução de um dos jovens do loteamento que desistiu.

Relativamente ao orçamento da despesa referiu que os cinquenta mil euros são da Fábrica da Igreja Paroquial de Agrochão para proceder aos trabalhos que estão a decorrer. Também a E.B 2,3 D Afonso III recebeu oito mil seiscentos e vinte, para algumas obras que tem vindo a ser levadas a efeito no ginásio e em coberturas que não estavam em condições e que por isso não ofereciam grande segurança, necessitando de uma intervenção, daí a Câmara ter participado com esta transferência. A Associação Cultural e Desportiva de Rebordelo tiveram uma verba de sete mil, seiscentos e setenta e quatro euros, para obras nos balneários e nos campos de futebol.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se algum pretendia intervir neste ponto.

Inscreveu-se o membro Senhor:

- Carlos Abel

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao membro Senhor Carlos Abel, tendo este iniciado a sua intervenção por referir que, sendo este assunto, uma mera formalidade e sendo uma medida administrativa, iriam da mesma forma que se abstiveram relativamente ao orçamento que agora está a ser rectificado nalgumas alíneas, também aqui iriam proceder da mesma maneira, ou seja, informou que a sua bancada se iria abster relativamente a esta questão.

A 2.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 4.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 4.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento, foi posta a votação e aprovada com onze abstenções.

3 - Período reservado ao Público.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores do público para o facto de alguém pretender usar da palavra neste ponto.

Ninguém do público manifestou intenção de intervir.

Antes de dar por terminada a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a informar que foi entendimento da Mesa com a ajuda do Senhor Presidente de Câmara, e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo descentralizar a própria função da Assembleia Municipal. A palavra descentralizar em sua opinião, diz muito a quem é de Trás-os-Montes, o exemplo deve ser dado, e será por essa razão que a próxima Assembleia Municipal se irá realizar em Rebordelo. Agradeceu a disponibilidade do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo.

Terminou referindo que desta maneira a própria população ficará mais atenta, abrindo-se o precedente que a Assembleia Municipal possa ser feita noutras Juntas de Freguesia. Agradeceu a presença de todos e expressou o desejo de voltar a ver todos os membros em Rebordelo, na próxima Assembleia Municipal.

Terminou a sessão eram dezasseis horas e vinte minutos.